

J.

ad

Reunião pública – Ata n.º 08/2016

Data 2016-03-14

Início 14.30 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 15.35 horas

Presenças:

- | | |
|-------------------|---|
| Presidente | Anabela Gaspar de Freitas |
| Vereadores | João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro |
| | Pedro Alexandre Ramos Marques |
| | Rui Miguel dos Santos Serrano |
| | António Manuel Baptista Gonçalves Jorge |
| | Bruno Vítor Domingos Graça |
| | Hugo Renato Ferreira Cristóvão |

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 18-01-2016, 01-02-2016 E 05-02-2016 ---
BALANCETE -----**

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

**N.º 01 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA
CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (4/PPSR/PR/2016) ---**

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E
BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (5/PPSR/PR/2016)-----**

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE: -----

**N.º 03 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE OS MESES
DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016 (29/PGEN/PR/2016 - 15/DIVER/PR/2013)-----**

**N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE
22 DE OUTUBRO DE 2013 (13/PPRC/PR/2016) -----**

GABINETE DE COMUNICAÇÃO:-----

**N.º 05 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão –
fevereiro de 2016 (5/PGEN/GC/2016)-----**



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
2

- GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----
- N.º 06 – MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia) (10/PGEN/GELS/2016 - 3/DIVER/GELS/2015)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----
- N.º 07 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA EM525 E EM529 – revisão de preços (9/EMPR/DOM/2016 - 164/CONPUB/DOM/2014)**-----
- N.º 08 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA EM525 E EM529 – Conta final (10/EMPR/DOM/2016 - 164/CONPUB/DOM/2014)**-----
- N.º 09 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA – Liberação de caução (561/ENTE/DAJA/2016 - 166/CONPUB/DOM/2014)** -----
- N.º 10 – EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE AO CONVENTO DE CRISTO – receção definitiva dos equipamentos (8/EMPR/DOM/2016 - 10/CONPUB/DOM/2013)** -----
- N.º 11 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE UMA BANCADA PRÉ-FABRICADA NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR – receção definitiva dos elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas (52/EMPR/DOM/2015 - 60/CONPUB/DOM/2013)** -----
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----
- N.º 12 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO – João Henrique Nunes Marques (292/JUEL/DGT/2015 - 640/EDIF/DGT/2015)**-----
- N.º 13 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – ISENÇÃO DE TAXAS – Centro de Assistência Social de Tomar (41/PGEN/DGT/2016 - 237/EDIF/DGT/2015)**-----
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade – Proc.º 61/2014 (5309/ENTE/DAJA/2015 - 61/EDIF/DGT/2014)** -----
- N.º 15 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (1293/ENTE/DAJA/2016)**-----
- N.º 16 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO – parecer prévio vinculativo (2/PGEN/DGT/2016 - 3/INSTGT/DGT/2015)**-----
- N.º 17 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA PARA A CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE TOMAR NO ÂMBITO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – parecer prévio vinculativo (6492/ENTE/DAJA/2015 - 13/INSTGT/DOGT/2013)**-----



J
[Signature]
3

N.º 18 – OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 1/2016 - Chavidomus – Sociedade de Construções, Lda – receção provisória (214/EALV/DGT/2015 - 163/EDIF/DOGT/2013)-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----

N.º 19 – CEDÊNCIA DE IMAGENS DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO SILVA MAGALHÃES – Desenhos Criativos, Lda (1113/ENTE/DAJA/2016 - 6/DIVER/PR/2013)-----

N.º 20 – APOIO À PRODUÇÃO DE NOVELA PARA O CANAL SIC (951/ENTE/DAJA/2016 - 2/PEDID/DTC/2014) -----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 21 - UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Casa do Benfica de Tomar (1467/ENTE/DAJA/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014) -----

EXPEDIENTE: -----

N.º 22 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO – fatura referente a janeiro de 2016 (1396/ENTE/DAJA/2016 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 23 – A HORA DO PLANETA 2016 (762/ENTE/DAJA/2016 - 4/ENTEXT/PR/2013) -----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e, na ausência de público para atendimento, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Presidente deu conhecimento que, na semana passada, foi adjudicada a empreitada de recuperação do Cemitério de Marmelais, pelo preço de quarenta e quatro mil trezentos e seis euros. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça começou por informar que, na semana passada, reuniu com o Coordenador da Bolsa Nacional de Terras, para analisar a possibilidade de virem a integrá-la terrenos rústicos, com aptidões agrícolas, propriedade do Município, das Freguesias ou de privados, que possam vir a ser aproveitados por jovens agricultores, contribuindo desta forma para alguma atividade económica no setor primário. Referiu que o Município vai encetar os contatos necessários para saber se há terrenos que possam ser disponibilizados para o efeito, e interesse dos respetivos proprietários, e, caso exista, será promovida uma nova reunião para, em conjunto, debater a situação. De seguida, salientou que deve ser uma preocupação do Executivo dar realce àquilo que se vai fazendo de interesse em Tomar, e deixou uma palavra de estímulo e de reconhecimento aos produtores de vinho do Concelho, pelo excelente trabalho que estão a desenvolver, dando importantes contributos para o desenvolvimento económico do Concelho. Deixou o seu reconhecimento a todos eles e, em particular, neste



4

momento, ao Solar dos Loendros, à Encosta do Sobral, à Herdade dos Templários e à Adega Casal Martins, pelas distinções obtidas na sétima edição do Concurso de Vinhos Engarrafados do Tejo, entregues no decorrer da Gala dos Vinhos do Tejo de dois mil e dezasseis, organizada pela Confraria Enófila Nossa Senhora do Tejo, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Tejo. Sublinhou que o trabalho de excelência que este setor económico desenvolve é merecedor de todo o apoio que o Município lhe possa facultar, e que, só assim, em comunhão de esforços, podemos dar passos seguros na indispensável produção de riqueza no nosso Concelho, fator decisivo para a construção de um futuro melhor. Defendeu que devem fazer tudo quanto lhes for possível para apoiar, destacar e relevar o desenvolvimento económico, e que é isso que está a fazer. -----

VOTO DE LOUVOR-----

Acaba de ocorrer a Gala de Vinhos do Tejo 2016, uma organização da Confraria Enófila Nossa Senhora do Tejo, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Tejo.-----

Os produtores de vinho do nosso Concelho merecem uma palavra de reconhecimento e estímulo, pelo excelente trabalho que estão a desenvolver, dando importantes contributos para o desenvolvimento económico do Concelho.-----

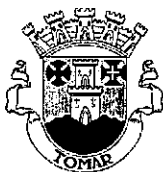
Deliberação tomada em minuta: A Câmara Municipal de Tomar deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de louvor ao Solar dos Loendros, à Encosta do Sobral, à Herdade dos Templários e à Adega Casal Martins, pelas distinções obtidas na 7.ª edição do Concurso Vinhos Engarrafados do Tejo. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques começou por referir que, na questão da saúde, tem dito, e repetido, que não quer privilégios para a população de Tomar que os outros não possam ter mas é inaceitável que os outros, na região e no Centro Hospitalar do Médio Tejo, tenham condições que Tomar não tem, situação que é do conhecimento de todos e é aqui falada, há muito tempo, sem, muitas vezes, se tocar mesmo na ferida. Salientou que foi a favor de Abrantes que estamos na situação que estamos, sem medicina interna e sem urgências médico-cirúrgicas, e, em sua opinião, a situação, que se arrasta há muito tempo, deve ser colocada com toda a frontalidade, desconhecendo se a Câmara fez algumas diligências nesse sentido ou não. Disse que espera que não haja nenhuma limitação a colocar as questões da saúde, de forma clara, muito transparente e muito objetiva, por razões político-partidárias, porque há muito anos que a questão da saúde tem enfoque no Município, até pelas responsabilidades, despesas e encargos financeiros que já assumiu com a situação, e, que se recorde, tal nunca aconteceu. Referiu que já foi tudo falado quanto à medicina interna e que a



5

falta de médicos que vem sendo referida é uma desculpa, é bom que se diga ao Conselho de Administração que, na realidade, se não há médicos é porque os que cá estavam foram deslocados para outros lados, quando fecharam as valências em Tomar, mas estão no Centro Hospitalar e, obviamente, compete à respetiva Administração deslocá-los para Tomar, se quiser abrir a medicina interna. Sublinhou que têm conhecimento que as pessoas de Tomar que vão para Abrantes ficam dias nos corredores, o que é inaceitável quando temos condições em Tomar, assim como é inaceitável a redução do número de camas dos cuidados paliativos, de vinte para cinco ou seis, denotando que o Hospital que abrange mais população e tem melhores condições é aquele que continua na mó de baixo, para além de que, pelo caminho que se está a ver, Torres Novas também nos vai ultrapassar. Afirmou que Tomar perdeu os profissionais e as valências e compete à Administração Central e ao Centro Hospitalar fazer com que regressem. Disse que esperava que a Sra. Presidente, ou o Sr. Vereador Bruno Graça, dissessem alguma coisa sobre isto, mas tal não aconteceu, vão recebendo o que a Assembleia da República faz, as propostas e os requerimentos que ali são apresentados, mas situações concretas, há muitos anos que não veem a luz ao fundo do túnel, não sabem o trabalho que fazem a nível local e, nesse aspeto, não pode estar mais de acordo com o que o Vereador João Tenreiro vem falando sobre a necessidade de definir uma clara estratégia para a questão da saúde, pois é fundamental que exista. Reafirmou que a questão da falta de profissionais que tem sido sistematicamente referida é uma desculpa porque eles estão noutra unidade do Centro Hospitalar e todos sabem o que se vai passando, quase que há um temor reverencial quando as pessoas vão às urgências de Tomar e vão para Abrantes, começando a haver receio de não virem de lá como foram e isto é grave. Reafirmou que Tomar não deve ter mais do que os outros, mas não pode ter menos, quando tem mais população, e compete à maioria fazer com que estas questões tenham um bom caminho; aos outros vereadores compete ouvir as pessoas e dar-lhes atenção porque, infelizmente, não têm soluções para lhes dar, não têm a gestão da situação e não podem dialogar com quem tem a responsabilidade de resolver o problema. Disse que não se cansará de vir com este problema todas as reuniões, se for caso disso, porque as situações de que tem conhecimento, várias vezes por semana, são muito graves e não se compreendem, face ao espaço que têm em Tomar, não há justificação para as pessoas de Tomar irem para Abrantes e ficarem no corredor, às vezes em condições completamente inaceitáveis, quando nem precisavam de fazer trinta quilómetros, podiam ficar em Tomar e ser bem atendidas, se houvesse a medicina interna e a urgência que já cá houve e foi de cá retirada. Perguntou se as obras que decorrem em casas do Bairro Nossa Senhora



6

dos Anjos têm como objetivo realojar famílias classificadas no âmbito do concurso promovido recentemente ou se são para outra situação qualquer. Perguntou também qual é a situação da Cafeteria da Cerrada dos Cães, se mudou de exploração ou tem novo contrato. No que se refere ao mercado, disse que tem conhecimento que nem todos os comerciantes foram ouvidos, porque alguns não estariam de acordo, sabiam que, à tarde, com a envolvimento que o mercado tem, não teriam praticamente clientela; havendo pouca utilização no período da tarde, há quem não fique até ao fecho e tema pelos seus bens porque a segurança no mercado é o que é; os espaços de convívio, como a cafeteria, estão fechados depois do almoço e não abrem todos os dias. Disse que se percebe que é uma fase complicada, inicial, e é por isso que, na altura, não concordou que a situação transitória fosse só até um de abril, mas ainda estão a tempo e pretende que essa situação possa ser novamente discutida. Solicitou à Sra. Presidente que questione a EDP porque é que em dois domingos consecutivos foi interrompido o fornecimento de energia elétrica a uma parte da cidade, sem aviso prévio, causando limitações e transtornos à atividade das pessoas e prejuízos aos estabelecimentos. Referiu que demos a EDP aos chineses e, agora, vamos começar a pagar a fatura. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques requereu o fornecimento de listagem das entidades com débitos para com o Município, resultantes de arrendamento ou concessão, a qualquer título, de espaços municipais, e respetivos valores. -----

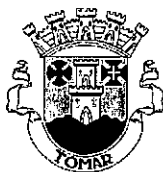
O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que a intervenção que decorre num conjunto de dez habitações do Bairro Nossa Senhora dos Anjos, em parceria com a Junta urbana, ao abrigo do protocolo existente, se destina a promover a entrega dessas habitações, respeitando a lista ordenada do concurso, que aqui foi aprovada e é válida por um ano. Informou que, até ao final do corrente mês, estarão em condições de entregar três ou quatro habitações, e as restantes durante o mês de abril. Disse que, desde o início do mandato procederam ao levantamento das casas que, há muito anos, estavam entregues mas não estavam habitadas, recuperando-as para o Município, sendo que ainda há alguns procedimentos a decorrer porque algumas situações não se conseguiram resolver a bem, tiveram que ser promovidos outros esforços, havendo, nesse caso, um conjunto de prazos a cumprir. Disse que concluídos esses processos serão recuperadas mais algumas habitações, já identificadas, a maior parte no bairro primeiro de maio. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça salientou que nunca aqui foi dito que o horário provisório do mercado mereceu unanimidade, mas sim que resultou da aceitação de cinquenta e dois por cento dos Inquiridos, uma larga maioria, até porque, de resto, nesta fase, era impossível ter



J.
7

um horário que agradasse a toda a gente. Referiu que a sugestão surgiu na primeira reunião da Comissão de Vendedores e que o horário não é definitivo, estando previsto realizar o balanço deste novo horário na próxima reunião que vai ter com a referida comissão. Disse que é claro que continua a haver pessoas com opiniões diversas, gente que entende que, se calhar, não valerá muito a pena, outros que entendem que vale a pena e outros que entendem que devia ser experimentada a abertura ao domingo de manhã, por exemplo. Salientou que vão avaliar calmamente, estando a ser preparado um inquérito de satisfação a vendedores e público, e, na base disso, irão aqui apresentando as propostas que se justifiquem, havendo também disponibilidade para ouvir quaisquer sugestões e propostas dos Srs. Vereadores. Informou que nem todos os espaços estão abertos continuamente mas pensa que, até ao final do mês, o mercado começa a ter uma maior estabilidade e um maior acervo em termos de utilização, sendo certo que, neste momento, é opinião generalizada que há um significativo aumento do número de utilizadores do mercado e que está a regressar, e a utilizar o espaço para as suas compras, uma larga camada de pessoas que, há muitos anos, não o utilizavam. Quanto à saúde, disse que podem – era até bom que o fizessem – fazer aqui uma discussão alargada sobre todas estas questões para que não andassem sempre a falar sobre as mesmas questões, sobre as quais, se calhar, têm pontos de vista diferentes. Disse que, do seu ponto de vista, a responsabilidade deste serviço público é do Governo e é a ele que têm que se dirigir, porque tem a tutela e é quem pode nomear ou exonerar os conselhos de administração. Disse que, em termos institucionais, a CDU e o Executivo Municipal, tudo têm feito para que as coisas sejam alteradas, já aqui deu conta que o PCP e o PS entregaram na Assembleia da República dois projetos de resolução no sentido de, rapidamente, serem reabertas as urgências e a medicina interna na Unidade de Tomar. Disse que a CDU espera que, rapidamente, o Governo venha a ter mais esta pressão por parte da Assembleia da República, e que lhe parece que, se o PS veio, a seguir ao PCP, apresentar um projeto de resolução no mesmo sentido, haverá alguma abertura e sensibilidade do Governo para resolver esse problema, sendo certo que estão atentos e vão continuar a exercer pressões. Disse que têm dado todo o apoio à Comissão de Utentes para que possa desenvolver a sua ação reivindicativa e de exigência daquilo com que todos estão de acordo, e que os acompanhou a Lisboa, para entrega de um dos dois abaixo-assinados que promoveu. Sublinhou que, em termos institucionais, o Executivo Municipal pode dar um salto de qualidade em termos das posturas, de forma muito bem pensada, mas está a ser feito tudo o que é possível para demonstrar o que está mais que demonstrado. Salientou que, quer o Ministério quer os Grupos



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
8

Parlamentares estão sensíveis para as questões que o Vereador Pedro Marques levanta, reconhecidas por todos e para cuja satisfação todos, há muitos anos, se vêm batendo. Sublinhou que não é uma decisão que lhes pertença cabendo-lhes incomodar o poder – o Governo, que tutela, e a Assembleia da República – no sentido de serem atendidas as nossas reivindicações, razoáveis e justas. -----

A Sra. Presidente reafirmou que está a ser feito tudo aquilo que é possível fazer junto da tutela, fundamentados na decisão que aqui tomaram, mais uma vez por unanimidade, de avançar para uma fase de diálogo, sem descurar formas mais duras de reivindicação, posição que é do conhecimento da tutela. Sublinhou que decorre a fase de diálogo e que, na sequência da reunião havida com o Sr. Ministro e com o Sr. Secretário de Estado, têm estado em contato permanente com o gabinete do Sr. Ministro, porque a situação está analisada e houve já um compromisso público do Sr. Ministro de a medicina interna abrir em Tomar. Salientou que o nosso foco tem sido, essencialmente, a medicina interna e a urgência médico-cirúrgica, e que o problema da falta de médicos é um facto, relatado quer pelo Concelho de Administração quer pela tutela, sendo certo que se resolverá com a alteração das redes de referência, que foi matéria que aquele governante trouxe para cima da mesa em relação à Unidade de Tomar. Sublinhou que lhes foi pedido um tempo para analisar a situação, tendo, entretanto, sido publicamente admitido pelo Sr. Ministro que a medicina interna é para vir para Tomar, e não têm qualquer indício que lhes permita não acreditar na palavra do Sr. Ministro. Disse que quer deixar claro que o tempo de espera tem que ter alguma razoabilidade, quando entenderem que o tempo de espera deixou de ser razoável terão que ser mais duros nas suas reivindicações, perfeitamente razoáveis para a população de Tomar e dos concelhos à sua volta. Referiu que vão aguardar que o Sr. Ministro passe da palavra aos atos, num prazo que entenderem razoável, e que, se continuarem sem ver ações, terão que tomar uma atitude mais musculada. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques reforçou que o que disse foi que houve comerciantes do mercado que não foram sequer contactados sobre o horário experimental e, por isso, não fizeram parte da percentagem referida pelo Sr. Vereador Bruno, seja ela qual for, o que é mau. No que se refere à saúde e à disponibilidade manifestada para ouvir as propostas que os Vereadores queiram colocar, salientou que as propostas que apresentam podem nem sequer ser agendadas para discussão, como já aconteceu, e outras, como a que apresentou na última reunião, quando se discutiu o período de transição para cobrança das taxas do mercado, com a autonomia que a maioria sempre tem demonstrado, não são aceites. Referiu que tal não



J.
A.
9

implica que não possa apresentar as propostas que entender, mas a maioria vota suficiente, e é bom que assim continue, porque assume a responsabilidade pelas decisões. Salientou que não desconfia do Ministro e que, como a Sra. Presidente disse, e muito bem, há um tempo para tudo, mas a abordagem que aqui trouxe à questão dos médicos, que vem sendo, de certo modo, o alibi do Conselho de Administração, nunca foi colocada nestes termos nas reuniões com a Administração do Centro Hospitalar, porque os médicos de medicina interna existem, estavam em Tomar e saíram para Abrantes, onde estão. Disse que é bom terem em atenção as notícias que dão conta de que também há problemas na imagiologia e que estamos sujeitos a ficar reduzidos a pouco mais que dois tafeiros de radiologia, espera que saibam o que se passa pois, se a informação lhes chega mais facilmente chega à maioria, até pelos contatos que tem com a Comissão de Utentes. Disse que quer saber o que se passa realmente com esta valência porque são serviços fundamentais, e que não podem também esquecer o que aqui falou sobre os médicos de família, as condições a que muitas pessoas são sujeitas para conseguir obter consultas e a situação de não procederem à marcação de consultas que os utentes precisam, encaminhando-os para especialidades particulares quando elas existem no Centro Hospitalar. Referiu que são preocupações que lhes chegam todas as semanas, por mais do que uma voz, e que não basta dizer que a saúde não tem cor política, é preciso atuar e haver resultados porque, se assim não for, saem todos frustrados e, pior do que isso, a população continua a não ter os melhores acessos aos cuidados de saúde que merece. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro referiu que não queria voltar a debater a questão da saúde mas tem que concordar, na íntegra, com o que disse o Vereador Pedro Marques. Reforçou que o órgão executivo devia fazer um plano de ação concreto, com dados concretos, trabalho esse que ainda não foi feito e deveria ter sido. Referiu que os Vereadores do PSD fizeram a caracterização do Concelho de Tomar, enquadrando dados que consideram pertinentes, até para apresentação junto das instâncias superiores e do Ministério da Saúde. Disse que, para já, também não tem razões para duvidar do Ministro da Saúde mas lembra que foi este Governo PS que, em campanha eleitoral, disse que não ia aumentar impostos e, até agora, têm impostos nos combustíveis; foi este Governo que disse que não havia austeridade e, agora, já se fala no aumento do IVA para vinte cinco por cento; pelo que começa a haver dúvidas sobre a veracidade de algumas coisas que este Governo vai dizendo. Sublinhou que podem dizer que é intenção deste Governo que as urgências médico-cirúrgicas voltem a Tomar mas, depois, podem dizer que não há condições para que isso aconteça, e é isso, infelizmente, que acha que vai acontecer, porque, ao longo destes meses do Governo socialista, tem visto



10

tudo, depois de uma campanha com estudos de mercado feitos pelos melhores economistas do país, segundo o atual Primeiro-Ministro, até agora não têm sido cumpridas as promessas feitas, deixando-lhe razões para, de fato, duvidar se a medicina interna e as urgências médico-cirúrgicas vêm efetivamente para Tomar. Disse que, por entenderem que não terá sido feita uma caracterização do Concelho de Tomar, mesmo sem estarem a tempo inteiro, fizeram algum trabalho sobre os dados concretos que acham que é preciso demonstrar, como por exemplo:-- área de abrangência do nosso hospital, distâncias a Tomar e duração da deslocação entre localidades, respetivamente: Ferreira do Zêzere, vinte e um vírgula nove quilómetros, vinte seis minutos; Ourém, vinte e dois quilómetros, vinte seis minutos; Fátima, trinta e quatro quilómetros, trinta e cinco minutos; Alvaiázere, trinta e dois vírgula quatro quilómetros, quarenta minutos; Ansião, quarenta e quatro vírgula sete quilómetros, sessenta minutos; Figueiró dos Vinhos, cinquenta quilómetros, sessenta e um minutos; Sertã, cinquenta e quatro vírgula seis quilómetros, sessenta e cinco minutos; e Vila de Rei, trinta e nove quilómetros e meio, cinquenta minutos: -- distâncias para outras localidades mais próximas: Fátima/Leiria, vinte e quatro quilómetros; Ansião/Coimbra, quarenta e um vírgula nove quilómetros; Figueiró dos Vinhos/Coimbra, sessenta e um vírgula sete quilómetros; Sertã/Abrantes, cinquenta quilómetros; -- população que usufrui e se socorre do Centro Hospitalar do Médio Tejo: - diretos, Tomar, Ourém e Ferreira do Zêzere, cerca de noventa e cinco mil; - restantes, mais de quarenta e cinco mil, num total de cerca de cento e quarenta um mil habitantes;--necessidade de reforço da Unidade de Tomar em termos de urgência: - tempo de registo de AVC desde o início dos sintomas até à chegada de uma ambulância, entre outros. Disse que estão disponíveis para entregar esse trabalho ao Vereador da Saúde para que, sempre que se debata com alguém sobre o assunto, possa justificar que Tomar não quer apenas e só porque é bom, quer porque é uma necessidade para este tipo e número de população. Sublinhou que não podemos estar na sombra da bananeira, à espera, só porque o Ministro disse que é intenção que as urgências e a medicina interna voltem para Tomar, não podem ficar à espera de uma mera intenção ou de uma mera vontade, porque, sinceramente, não lhe parece que haja - e espera estar enganado - uma concretização ou uma vontade séria deste Governo de voltar a colocar aqui essas duas valências. Por outro lado, disse que lhes constou que a IBM terá contactado a Câmara no sentido de alargar e expandir as suas instalações em Tomar, para poder ter mais funcionários a trabalhar na IBM em Tomar, até aqui um caso de sucesso, em estreita colaboração com o IPT, terá havido reuniões nesse sentido, nomeadamente com a Sra. Presidente, e que a resposta terá sido negativa, pelo que quer saber se assim é ou não. -----

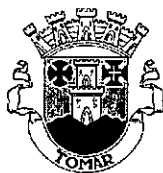


11

A Sra. Presidente referiu que, em matéria de saúde, já foi ultrapassada esta fase, e que as coisas se passaram de forma diferente de quando falaram com a anterior tutela, do Governo PSD e CDS, que nem sequer queria ouvir falar nestas questões. Sublinhou que quando vão falar com a tutela vão munidos de todos os dados, não só aqueles que o Sr. Vereador discriminou, resultado de um trabalho meritório, mas também o número de centros de dia e de lares que existem na área territorial abrangida pela Unidade Hospitalar de Tomar – são essencialmente estas populações que mais recorrem às urgências; a média de idades da população, dado que também é relevante; rede viária, entre muitos outros, para além de que a tutela também tem, claramente, uma radiografia da realidade (já o anterior Governo tinha mas, perante a mesma realidade podemos olhar de formas diferentes). Saliu que, para além de todas as questões políticas que sempre estiveram subjacentes, têm que recuar alguns anos atrás para perceber porque é que Abrantes e Torres Novas, sobretudo Abrantes, teve um incremento grande nas especialidades, e tal aconteceu porque o Centro de Saúde estava, e está, acoplado à Unidade Hospitalar, contabilizavam as pessoas que iam ao centro de saúde e, assim, conseguiram demonstrar que prestavam um número muito maior de cuidados de saúde. Reafirmou que estão sempre subjacentes questões políticas e que, claramente, assume que é o que acha que se passou em Abrantes, infelizmente. No que se refere à questão da IBM, disse que estão em conversações e que é assunto que pretende abordar hoje com os Srs. Vereadores, no final da reunião, pois a empresa pediu-lhes algum sigilo e vão mantê-lo. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que, independentemente do Governo A ou B, parece-lhe que o grande problema foi uma ausência clara de critérios, na altura em que o Conselho de Administração decidiu tirar as valências a Tomar, foi esse o grande problema e têm que demonstrar, têm que demonstrar que os critérios não existiram, que estamos prejudicados em Tomar e que a manutenção da situação prejudica toda a população que recorre ao Centro Hospitalar do Médio Tejo. Disse que vai fazer chegar o trabalho realizado ao Sr. Vereador da Saúde, como forma de colaborar e contribuir para junto do Ministro, que disse ter a intenção de trazer a medicina interna para Tomar, reforçar os motivos porque tal deve acontecer, não porque nos apetece, mas porque é mesmo necessário para a população abrangida face à grande área de abrangência. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que todos estes dados existem, escritos, nas diferentes organizações em Tomar, partidárias e não partidárias, e no Ministério. Saliu que têm vindo aqui a dizer que a saúde não tem cor política mas diria que é a doença que não tem cor política, aparece a todos, e que a saúde, efetivamente, tem alguma cor política. Reiterou que



12

os dados que foram referidos pelo Sr. Vereador Tenreiro existem, estão elaborados e completados com aqueles que a Sra. Presidente referiu, e com outros mais, mas o problema é que o decisor olha para eles e decide como quer, pode decidir com critérios que lhes pareçam razoáveis ou pode decidir meramente por interesses de cores partidárias. Sublinhou que, desde o início do Centro Hospitalar, começou logo por haver cores partidárias nas decisões que foram tomadas, isso foi claro, e foi denunciado aqui em Tomar, pelos mais diferentes setores. Salientou que os dados estão lá, o Ministro não tem nenhuma dúvida quanto a esses dados, assim como existem nas organizações de cada um dos presentes, podendo ser mais ou menos aperfeiçoados ou trabalhados, mas o problema, como todos sabem, é como se decide. Referiu que não estão aqui a inovar nada, ou a dizer algo que seja estranho para as pessoas de Tomar, quando dizem que a decisão da organização inicial, e as medidas que se seguiram, foram tomadas por pessoas com óculos com determinadas lentes e que foi por isso que definiram daquela maneira, não foi fruto de uma análise científica, nem por rigor, nem por nenhum critério muito especial, foram interesses e lobbies, políticos e partidários, que levaram para ali e não para acolá, por muito que houvesse um trabalho profundo e exemplar, para demonstrar que a lógica e o certo era Tomar. Disse que já esteve em reuniões dos mais diferentes tipos sobre esta temática e nunca ninguém diz que Tomar não tem razão, mas, até agora, ainda não viu passar das palavras aos atos. Sublinhou que, na última reunião realizada, o Deputado António Gameiro fez uma defesa de Tomar como, se calhar, nenhum tomarense era capaz de fazer, defendeu Tomar com os dados todos, mas, agora, é preciso que os óculos do decisor sejam retos e não tenham uma determinada tendência porque, se assim não for, lá vai a política decidir em vez da razão. -----

O Sr. Vereador António Jorge referiu que, independentemente da tutela da saúde possuir a radiografia da realidade e de o Município, e todas as instâncias e instituições, terem todos os dados, é necessário justifica-los e argumentar em abono e a favor de Tomar. Referiu que têm ouvido as informações sobre as deslocações e conversas tidas mas têm esta apreensão relativamente ao setor da saúde e esta preocupação perante os cidadãos residentes no Concelho e os utentes residentes nos concelhos periféricos, mais de cento e vinte mil pessoas, e, obviamente, de todo lhes chega a informação que as conversas que fazem na tutela são com base nestes algoritmos e nestes números, argumentos e justificações. Afirmou que têm esta preocupação e têm que incidir nisto, devem conseguir elaborar um documento genérico, incisivo, cujo conteúdo todos conheçam, porque, às vezes, o conteúdo não lhes chega e não podem invocar coisas que não conhecem, daí a necessidade de justificarem com os números



13

apresentados pelo seu colega, desde o tempo de resposta às acessibilidades, e demais características incisivas sobre o número de utentes dos centros de dia, por exemplo, números que lhes permitem argumentar, valorizar e justificar a necessidade da urgência, da pediatria e da medicina interna. Por último, disse que lhe constou que o Município foi abordado sobre a possibilidade de um call center para uma rede móvel e o processo não teve continuidade, pelo que questionou se isso é, ou não, verdade. -----

A Sra. Presidente informou que, logo no início do mandato, foram abordados por uma empresa que andava a fazer uma prospeção de mercado para instalar um call center, a quem, na altura, demonstraram toda a abertura para ver instalações, e facultaram dados de proprietários que tinham imóveis em Tomar passíveis de arrendamento, tendo a empresa decidido por outro lugar. Por último, reiterou a informação já transmitida na Assembleia Municipal, no dia seguinte à primeira reunião de negociação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, concretamente que a questão do Flecheiro estava, e está, prevista neste documento com várias subdivisões e que o que caiu foi a construção nova. Reforçou que a solução do problema do Flecheiro é multifacetada e envolve construção nova, reabilitação do edificado, instalação em bairros sociais, utilização de edifícios escolares, aquisição de imóveis (não só para o Flecheiro, pois promoveram um concurso e estão a seguir a lista ordenada das classificações na entrega das habitações) e o designado parque nómada, com esta ou outra designação. Apesar de ter dúvidas que assim seja, a CCDR entende que este parque é construção nova e retirou verba à proposta apresentada, tendo, no entanto, reforçado verbas para reabilitação do edificado. Salientou que, tal como assumiu na Assembleia Municipal, o orçamento do Município para o corrente ano está essencialmente vocacionado para as questões da habitação social e, apesar de não terem financiamento para as casas pré-fabricadas, consideradas pela CCDR como construção nova, isso está previsto em orçamento e não deve haver dúvidas que é para fazer. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias dezoito de janeiro, um e cinco de fevereiro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia onze de março de dois mil e dezasseis, o qual acusa os



J.
[Signature]
14

seguintes saldos: um milhão, novecentos e setenta e sete mil quinhentos e nove euros e um centímo (1.977.509,01€) em Operações Orçamentais, e setenta e três mil setecentos e dezoito euros e quarenta e cinco centímos (73.718,45€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 01 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR -----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea p) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 5.760€ (cinco mil setecentos e sessenta euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação.". ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5946/2016, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhamos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores.-----

Pretendemos saber:-----

- 1.Para que efeitos são os subsídios?-----
- 2.Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara?-----
- 3.Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?".-----

N.º 02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de 6.100€ (seis mil e cem euros), a pagar



15

dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação.”.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5947/2016, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: “Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores.-----

Pretendemos saber:-----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara?-----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?”.-----

INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 03 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE OS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016-----

Foi presente a informação n.º 63/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016 e os apoios prestados, no montante total de 1.508,50€.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E DE 1 DE FEVEREIRO DE 2016-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pela Sra. Presidente, em janeiro e fevereiro, ao abrigo das alíneas d) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como os despachos efetuados pelo Sr. Vereador Rui Serrano, em



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
16

fevereiro, ao abrigo das alíneas w) e y) do n.º 1 do referido artigo 33.º, e do n.º 4 do artigo 5.º do RJUE. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO:-----

N.º 05 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – fevereiro de 2016-----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de fevereiro de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 30,25€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----

N.º 06 - MERCADO MUNICIPAL DE TOMAR – procedimento da arrematação em hasta pública da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia)-----

No seguimento da deliberação de 15 de fevereiro de 2016, foi presente a informação n.º 89/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal a homologação da ata da hasta pública realizada no dia 8 de março, para atribuição da loja 15 (sementes) e das lojas 16 e 17 (mercearia). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar a ata do ato público supra referido, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

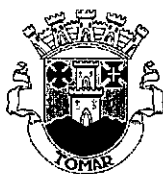
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 07 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA EM525 E EM529 – revisão de preços-----

Foi presente a informação n.º 1280/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o cálculo da revisão de preços da empreitada de aplicação de railes metálicos na EM525 e EM529, adjudicada a Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o cálculo da revisão de preços, sem valores a reportar, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----



17

**N.º 08 – EMPREITADA DE APLICAÇÃO DE RAILES METÁLICOS NA EM525 E EM529 -
Conta final** -----

Foi presente a informação n.º 1279/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta da empreitada de aplicação de railes metálicos na EM525 e EM529, adjudicada a Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, Lda.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a conta final da empreitada de aplicação de railes metálicos na EM525 e EM529, no valor de 14.641,78€ (catorze mil seiscientos e quarenta e um euros e setenta e oito cêntimos), onde se inclui o IVA correspondente.-----

Mais deliberou notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 09 – EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DA FACHADA DO CONVENTO DE SANTA IRIA
- Liberação de caução** -----

Foi presente a informação n.º 1143/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de liberação parcial das cauções prestadas no âmbito do contrato da empreitada de recuperação da fachada do Convento de Santa Iria, celebrado com a Monumenta – Reabilitação do Edificado e Conservação do Património, Lda. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria de 3 de fevereiro de 2016 e mandar libertar 30% do valor das cauções prestadas, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 10 - EMPREITADA DE ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE AO CONVENTO
DE CRISTO – receção definitiva dos equipamentos** -----

Foi presente a informação n.º 1369/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos equipamentos da empreitada de arranjo urbanístico da envolvente ao Convento de Cristo, o qual conclui não estarem reunidas as condições para esta parte da obra ser recebida definitivamente. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 2 de março de 2016 e notificar o empreiteiro para corrigir as anomalias detetadas com a maior brevidade possível, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 11 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE UMA BANCADA PRÉ-FABRICADA NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE TOMAR – receção definitiva dos elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas -----

Foi presente a informação n.º 582/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção definitiva dos elementos construtivos não estruturais e instalações técnicas da empreitada de construção de uma bancada pré-fabricada no Estádio Municipal de Tomar, o qual conclui estarem reunidas as condições para esta parte da obra ser recebida definitivamente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 22 de janeiro de 2016 e receber definitivamente a parte da obra supra referida, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 12 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO – João Henrique Nunes Marques -----

Foi presente o processo n.º 640/EDIF/DGT/2015, referente ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno em Senhora do Rosário, Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, em nome de João Henrique Nunes Marques, com informações n.ºs 1655/2016 e 1664/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a respetiva certificação com os condicionamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque requerida, nos termos dos n.ºs 5 e 10 do artigo 6.º do RJUE, com os condicionamentos expostos no n.º 3 da informação n.º 1655/2016, que homologa, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 13 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: Centro de Assistência Social de Tomar -----

Foi presente o processo n.º 237/EDIF/DGT/2015, referente ao licenciamento de obras de alteração do edifício do Lar sito em Carrascal, União das Freguesias de Tomar (São João



Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome do Centro de Assistência Social de Tomar, com informação n.º 1838/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal o pedido de isenção das taxas devidas. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Centro de Assistência Social de Tomar do pagamento das taxas, nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas.-----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação, tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: Carlos M. Pratas Sousa -----

Foi presente o processo n.º 61/2014, relativo à execução de vedação em Covões, Vila Nova, Freguesia de Paialvo, em nome de Carlos M. Pratas Sousa, com as informações n.ºs 1638/2016 e 1643/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da licença titulada pelo alvará de obras de construção n.º 147/2015, pelos fundamentos nelas constantes. -----

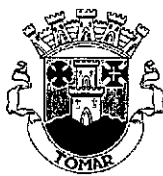
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto na alínea d) no n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a mesma se considera definitiva para os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

N.º 15 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER -----

REQUERENTE: Maria dos Santos Oliveira, cabeça de casal da herança de Fernando dos Santos -----

Foi presente o processo relativo à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Portela de Caramouchel, Serra, inscrito na matriz sob o artigo n.º 363, secção Z, da União das Freguesias de Serra e Junceira, de que é titular Cabeça de Casal da Herança de Fernando dos Santos, com informações n.ºs 1804/2016 e 1807/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----



J
A

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 363, secção Z, da União das Freguesias de Serra e Junceira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 16 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO - parecer prévio vinculativo -----

Assunto retirado por não ter sido presente, atempadamente, o respetivo cabimento.-----

N.º 17 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUEOLOGIA PARA A CARACTERIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO CONCELHO DE TOMAR NO ÂMBITO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - parecer prévio vinculativo -----

Foram presentes as informações n.ºs 4439/2015 e 4441/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer prévio vinculativo, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para aquisição de serviços de arqueologia para a caracterização arqueológica do concelho de Tomar no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável à supra referida aquisição de serviços nos termos propostos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 18 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO TITULADAS PELO ALVARÁ DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 1/2016 - receção provisória-----

REQUERENTE: Chavidomus - Sociedade de Construções, Lda-----

Foram presentes as informações n.ºs 1910/2016 e 1974/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto de vistoria para efeitos de receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras de urbanização n.º 1/2016, emitido em 29 de janeiro de 2016, de que é titular Chavidomus - Sociedade de Construções, Lda, o qual conclui estarem reunidas as condições para as obras serem recebidas provisoriamente. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 25 de fevereiro de 2016 e receber provisoriamente as supra referidas obras, nos termos do artigo 87.º do RJUE, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----



**N.º 19 - CEDÊNCIA DE IMAGENS DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO SILVA MAGALHÃES –
Desenhos Criativos, Lda** -----

Foi presente a informação n.º 356/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela cedência de imagens do Arquivo Fotográfico Silva Magalhães para a edição n.º 7 da publicação “de a revista de publicidade e actualidade”, conforme solicitado pela empresa Desenhos Criativos, Lda. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do regulamento para o Arquivo Fotográfico Silva Magalhães, isentar a Desenhos Criativos, Lda do pagamento devido pela cedência das referidas imagens, desde que sejam cumpridas todas as formalidades constantes do referido regulamento, atendendo a que se trata de uma entidade com origem em Tomar e que pretende divulgar imagens de Tomar. Esta deliberação foi tomada por seis votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

N.º 20 - APOIO À PRODUÇÃO DE NOVELA PARA O CANAL SIC -----

Foram presentes as informações n.ºs 257/2016 e 360/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, e 591/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo ao Executivo Municipal a isenção do pagamento das taxas, tarifas e preços devidos pela ocupação de espaço público, pela cedência de 14 lugares de estacionamento na avenida Marquês de Tomar e pela utilização das piscinas do Complexo Desportivo Municipal, no âmbito das filmagens para a nova novela a emitir na SIC, com o nome provisório de Rainha das Flores, a decorrer entre 7 e 11 de março, conforme solicitado pela produtora SP Televisão. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a SP Televisão do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, no valor total de 6.192,00€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais; do pagamento das taxas administrativas, nos termos do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar; e do pagamento das tarifas pela utilização dos lugares de estacionamento, no valor de 151,20€, ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento de estacionamento tarifado de duração limitada na Avenida Marquês de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

**N.º 21 - UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR –
Casa do Benfica de Tomar** -----



J.

22

Foi presente a informação n.º 380/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do ginásio do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia 6 de março de 2016, para realização de estágio de Aikibujutsu, conforme solicitado pela Casa do Benfica de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, isentar a Casa do Benfica de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 22 - FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO – fatura referente a janeiro de 2016 -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 22 de fevereiro de 2016, sobre a fatura da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, referente a janeiro do corrente ano, e problemas subjacentes aos procedimentos de medição dos fornecimentos. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 23 - A HORA DO PLANETA 2016 -----

Foi presente, para conhecimento, informação referente ao envolvimento do Município de Tomar na iniciativa da organização global de conservação de natureza WWF denominada A Hora do Planeta, a realizar no dia 19 de março de 2016, entre as 20H30 e as 21H30. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo quinze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal
Avelina Maria Lopes Leal